

1º TRI
2021



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO





MENSAGEM

O relatório a seguir traz as principais ações desenvolvidas pela equipe da Controladoria-Geral do Estado no primeiro trimestre de 2021. Nosso objetivo é prestar contas à sociedade sobre a atuação do controle no Governo de Santa Catarina. Desta forma, acreditamos contribuir não só com uma gestão mais transparente, mas também com a compreensão sobre nossas atribuições e responsabilidades.

Boa leitura.

Cristiano Socas da Silva
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

Marisa Zikan da Silva
CONTROLADORA-GERAL
ADJUNTA DO ESTADO



EXPEDIENTE

GOVERNADOR DO ESTADO
Carlos Moisés da Silva

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO
Daniela Cristina Reinehr

CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO
Cristiano Socas da Silva

CONTROLADORA-GERAL ADJUNTA DO ESTADO
Marisa Zikan da Silva

AUDITOR-GERAL DO ESTADO
Rodrigo Stigger Dutra

CORREGEDOR-GERAL DO ESTADO
Cícero Alessandro Barbosa

OUVIDORA-GERAL DO ESTADO
Luciana Bernieri Pereira

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
Cléia Schmitz
Assessora de Comunicação
Guilherme Kraus dos Santos
Assessor de Gabinete



A CGE

A Controladoria-Geral do Estado de Santa Catarina foi criada pela Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019. É o órgão central do Sistema Administrativo de Controle Interno e de Ouvidoria do Poder Executivo. Subordinada diretamente ao Governador do Estado, tem a função de assessorá-lo na defesa do patrimônio público. O órgão:

- controla e avalia gastos e políticas públicas;
- promove a correição;
- combate a corrupção;
- fomenta a transparência;
- promove a participação social.



ÁREAS DE ATUAÇÃO

AUDITORIA-GERAL DO ESTADO

Avalia a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança para auxiliar as organizações públicas a conquistarem seus objetivos a partir de uma correta e eficiente aplicação dos recursos públicos.

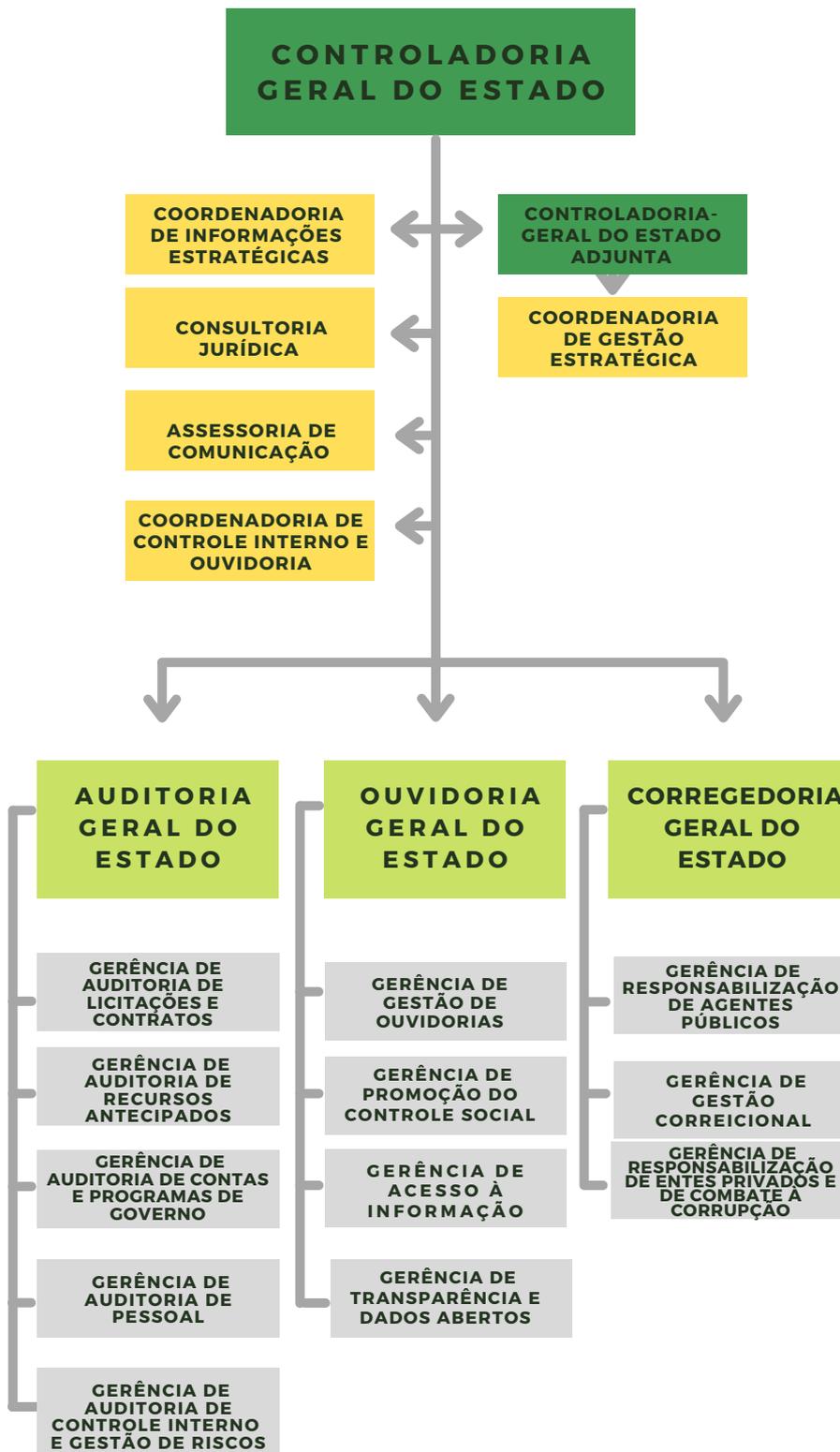
OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO

Promove a transparência, criando condições para a participação do cidadão e o exercício do controle social. É uma fonte de informação para o gestor.

CORREGEDORIA-GERAL DO ESTADO

Sistematiza, normatiza, supervisiona, padroniza, fiscaliza e orienta as atividades de correição e de combate à corrupção nos órgãos do Executivo.

ESTRUTURA



EQUIPE

84 SERVIDORES

49 SÃO AUDITORES INTERNOS

GABINETE	07
COORDENADORIAS	11
CONSULTORIA JURÍDICA	02
AUDITORIA-GERAL	41
OUVIDORIA-GERAL	10
CORREGEDORIA-GERAL	13

AUDITORIA EM NÚMEROS

BENEFÍCIOS FINANCEIROS

Os trabalhos realizados pela área de Auditoria da CGE no primeiro trimestre de 2021 resultaram em cerca de **R\$ 40 milhões** em benefícios financeiros e potenciais aos cofres públicos.

R\$ 29,6
milhões

**DESPESAS
EVITADAS ¹**

R\$ 9,2
milhões

**BENEFÍCIOS
POTENCIAIS ²**

R\$ 958,4
mil

**RECURSOS
A DEVOLVER ³**

= 39,8
milhões

1.Despesas evitadas: valores que deixam de ser desembolsados pelo Estado por conta de recomendações e outras ações da Auditoria/CGE.

2.Benefícios Potenciais: decorrentes de recomendação da Auditoria/CGE cujo cumprimento ainda não foi verificado ou está pendente de providência do órgão auditado ou de terceiros, para que o resultado se concretize.

3.Recursos a serem devolvidos: créditos apurados em trabalhos da Auditoria/CGE, que estão para ser ressarcidos.

4.Benefícios Financeiros e Potenciais: soma dos itens acima.



DESTAQUES DA AUDITORIA

1.

AUDITORIA DA FOLHA

O trabalho de auditoria mensal da prévia da folha de pagamento do Governo do Estado resultou em R\$ 18,3 milhões em benefícios financeiros e potenciais no primeiro trimestre de 2021. Grande parte é de desembolso evitado, ou seja, recursos que nem saíram do caixa do Governo porque foram identificados antes do pagamento. Um novo modelo de monitoramento da folha de pagamento está sendo desenvolvido para aperfeiçoar ainda mais o trabalho. As ações são feitas em parceria com a Secretaria de Administração.

R\$ 18,3 milhões

BENEFÍCIOS FINANCEIROS E POTENCIAIS



DESTAQUES DA AUDITORIA

2.

ANÁLISES DE PROCESSOS DE AQUISIÇÃO COVID-19

O monitoramento neste trimestre de processos analisados entre 2020 e 2021 mostrou que as análises prévias contribuíram para que o Estado obtivesse uma economia de R\$ 11,7 milhões. Este valor é desembolso evitado, dinheiro que deixou de sair devido a ações implementadas pela Secretaria de Saúde em função de recomendações efetuadas pela Auditoria/CGE.

O trabalho de análise feito pelos auditores internos também tem contribuído para a melhoria nos procedimentos de compras públicas, oferecendo maior segurança aos gestores, transparência e qualidade nas informações.

R\$ 11,7 milhões

BENEFÍCIOS FINANCEIROS E POTENCIAIS

DESTAQUES DA AUDITORIA

3.

RECOMENDAÇÃO À SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
A Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade fez uma consulta à Auditoria/CGE sobre a composição dos valores de referência para licitação de empresas de TI. A recomendação encaminhada pela CGE projeta benefício potencial de R\$ 6,4 milhões.

R\$ 6,4 milhões

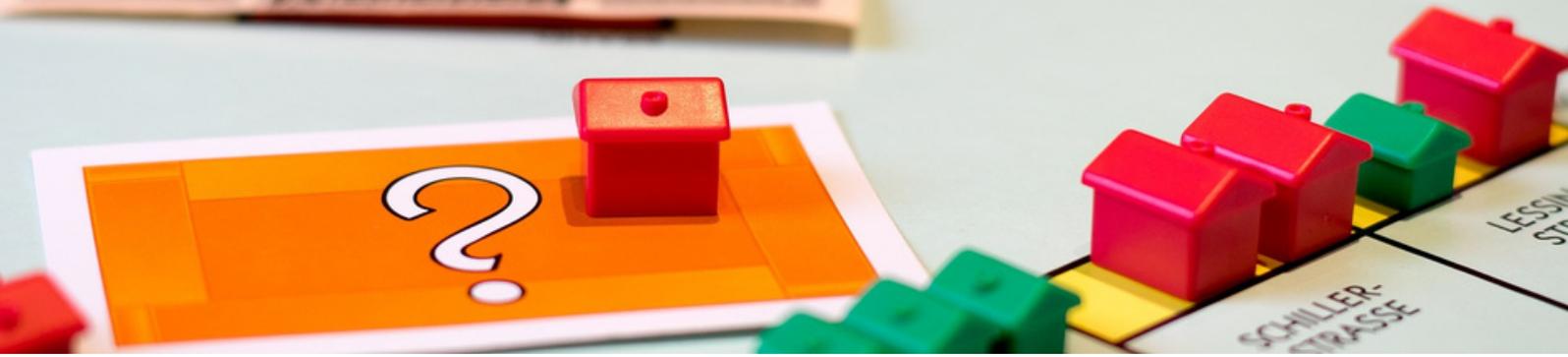
BENEFÍCIOS FINANCEIROS E POTENCIAIS

4.

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Tomada de Contas Especial (TCE) é um processo administrativo que apura a responsabilidade por ocorrência de dano aos cofres públicos. Os benefícios potenciais com TCE somaram R\$ 2,7 milhões neste primeiro trimestre.

R\$ 2,7 milhões

BENEFÍCIOS FINANCEIROS E POTENCIAIS



DESTAQUES DA AUDITORIA

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Trabalho da CGE em parceria com a Secretaria de Administração possibilitou a publicação do Decreto 1.193/2021. A norma regulamenta dispositivo da Lei de Improbidade Administrativa e obriga todos os agentes públicos que atuam em órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta a entregar a Declaração de Bens e Valores por meio de um módulo no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos. O objetivo é permitir o acompanhamento da evolução patrimonial e detectar possíveis incompatibilidades com a remuneração.

NOVA VERSÃO DO PORTAL SC TRANSFERÊNCIAS

O portal SC Transferências reúne informações e orientações sobre transferências de recursos realizadas de forma voluntária pelo Governo. A nova versão facilita as consultas tanto de quem tem interesse em apresentar projetos e solicitar recursos quanto da sociedade civil que quer acompanhar a aplicação do dinheiro público.

31,7 mil acessos

1º TRIMESTRE

PAINÉIS BI-CICLONE

Os painéis do sistema de inteligência da CGE criados para monitorar as despesas referentes ao Ciclone Bomba verificaram 28 empenhos e R\$ 3,1 milhões.



DESTAQUES DA AUDITORIA

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, OUVIDORIA E CORREIÇÃO

No 1º trimestre, a CGE deu início à pesquisa e desenvolvimento de métrica para definição de quantitativo e qualitativo de agentes públicos para atuarem nas unidades setoriais e seccionais de controle interno, ouvidoria e correição (UCIs). Também foi elaborado um projeto do manual operacional de atividades das UCIs.

MONITORAMENTO DE EDITAIS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

No primeiro trimestre de 2021 foram analisados 24 editais de obras de engenharia, ao valor aproximado de **216 milhões**, em parceria com a Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade.

PARECER SOBRE DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Análise e emissão de parecer sobre os Demonstrativos Contábeis e Fiscais que compõem o Balanço Geral do Estado 2020, publicação enviada ao Tribunal de Contas do Estado.



ATENDIMENTO OUVIDORIA

5.379

MANIFESTAÇÕES
DE OUVIDORIA

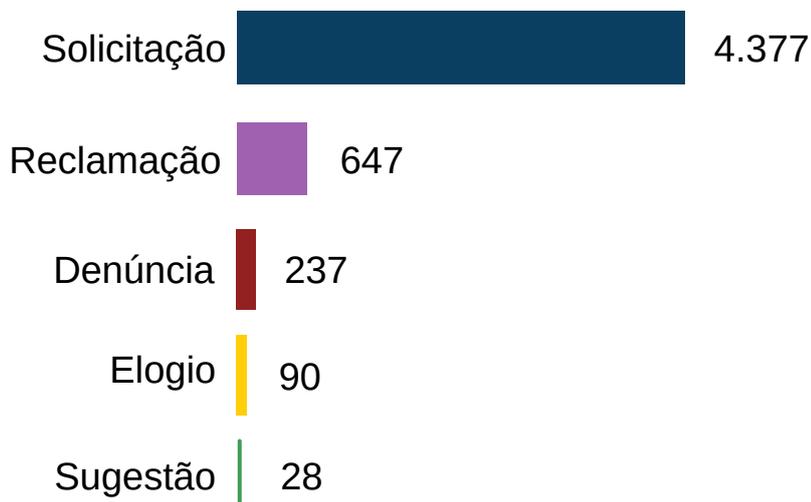
7 dias

TEMPO MÉDIO
DE RESPOSTA

82%

ÍNDICE DE ATENDIMENTO
NO PRAZO DE ATÉ 20 DIAS

NATUREZA DAS MANIFESTAÇÕES

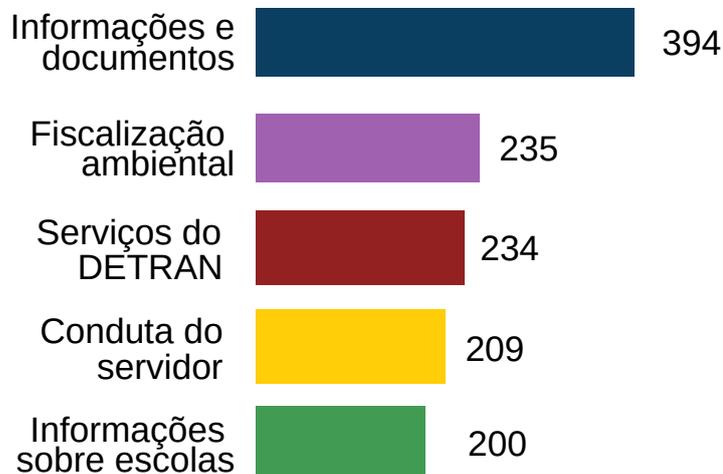


As manifestações de ouvidoria estão previstas na Lei nº 13.460/2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos. Em Santa Catarina, as manifestações são encaminhadas por meio do Sistema de Ouvidoria.



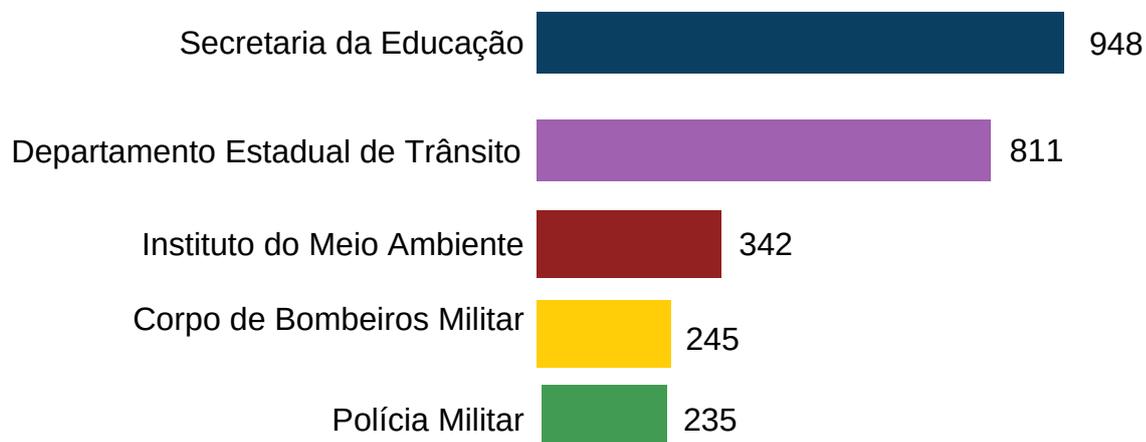
ATENDIMENTO OUVIDORIA

5 ASSUNTOS MAIS FREQUENTES



A Ouvidoria recebeu 130 manifestações com assuntos relacionados à COVID-19.

ÁREAS MAIS SOLICITADAS





ACESSO À INFORMAÇÃO

368

PEDIDOS VIA LEI DE
ACESSO À INFORMAÇÃO

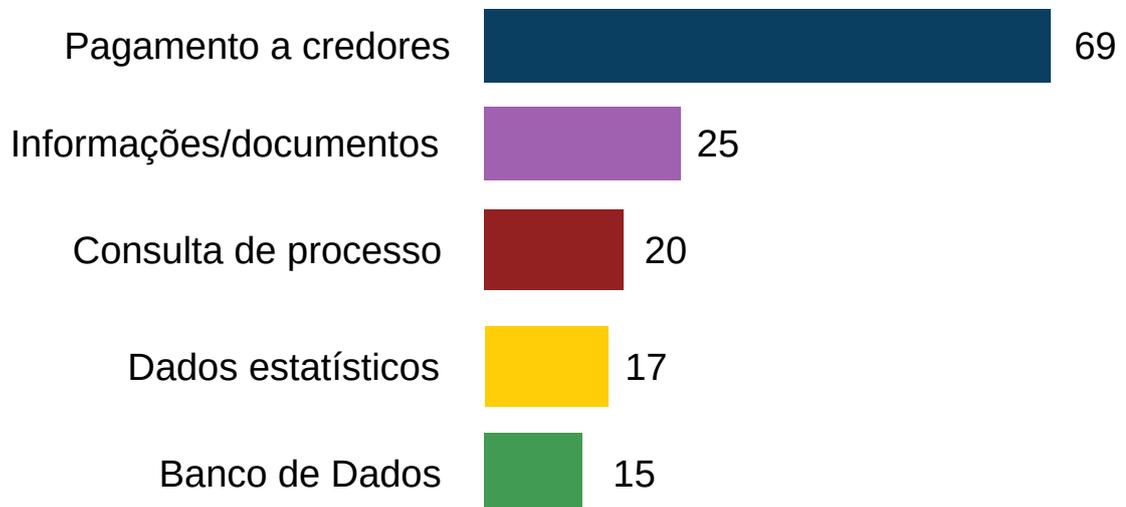
12,2 dias

TEMPO MÉDIO
DE RESPOSTA

91,6%

ÍNDICE DE ATENDIMENTO
NO PRAZO DE ATÉ 30 DIAS

5 ASSUNTOS MAIS FREQUENTES



Os pedidos de informação pública estão previstos na Lei nº 12.527/2011, conhecida como LAI. Em Santa Catarina, as solicitações são feitas via Ouvidoria-Geral por meio do Sistema de Ouvidoria (e-SIC).

TRANSPARÊNCIA E DADOS ABERTOS

205 mil

ACESSOS AO PORTAL
DA TRANSPARÊNCIA

18 mil

ACESSOS AO PORTAL
TRANSPARÊNCIA COVID19

O **Portal da Transparência** permite à sociedade acompanhar a arrecadação e a aplicação dos recursos de forma detalhada. As pesquisas mais acessadas foram: remuneração dos servidores, despesas, transferências e receitas.

O **Portal Transparência COVID-19** reúne informações sobre receitas e despesas com aquisições e contratações relacionadas à COVID-19, além de dados do monitoramento de leitos de UTI e boletins diários dos casos em Santa Catarina.

45 mil

ACESSOS AO PORTAL
DE DADOS ABERTOS

105

CONJUNTOS
DE DADOS

O **Portal de Dados Abertos** é a plataforma oficial de publicação de dados governamentais em formato aberto. Ele permite à sociedade a reutilização de dados, ampliando a transparência e o controle social. Os conjuntos mais acessados são relacionados à COVID-19: decretos, portarias, casos confirmados e leis estaduais.



SC GOVERNO ABERTO

Santa Catarina é o primeiro Estado brasileiro a integrar a OGP (Open Government Partnership), organização internacional que reúne governos e líderes da sociedade civil de todo o mundo para criar gestões públicas mais transparentes, inclusivas e participativas. A adesão foi anunciada pela OGP em 2020. A candidatura do Estado foi coordenada pela CGE com apoio da Secretaria Executiva de Articulação Nacional e da Secretaria Executiva de Integridade e Governança. Endossaram o projeto o Observatório Social de SC e o Grupo de Pesquisa Politeia da Udesc/Esag.

No primeiro trimestre de 2021 foram desenvolvidas atividades de capacitação, apresentações e captação de parceiros para o projeto:

- Treinamento em Governo Aberto e Participação e Focos Temáticos da OGP;
- Realização de reuniões com os principais atores coordenadores (Grupo Motor);
- Apresentação do Programa OGP Local a órgãos e entidades do Estado, servidores da CGE, Rede de Controle e Municípios, convidando-os a aderir;
- Implantação da Ficha de Projeto para verificação da aderência aos requisitos do programa.

AÇÕES DE OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA

NOVO SISTEMA DE OUVIDORIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

Mapeamento da nova ferramenta tecnológica e levantamento dos requisitos necessários para o Sistema.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

A área de Ouvidoria-Geral do Estado deu início aos estudos para reformulação tecnológica do Portal da Transparência.

CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO PARA A REDE DE OUVIDORES

Elaboração do Curso de Capacitação em Ouvidoria e Acesso à Informação, organizado pela CGE em conjunto com a Fundação Escola de Governo - ENA. O curso foi divulgado para a Rede de Ouvidores em 16 de março de 2021 e teve 103 inscritos para a 1ª turma.

No Dia do Ouvidor (16 de março), a Ouvidoria-Geral do Estado reuniu os ouvidores setoriais e seccionais para orientações e divulgação da capacitação.

CORREIÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

5**PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
DISCIPLINARES (PAD)****1****PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO
DE PESSOA JURÍDICA (PAR)**

OPERAÇÃO ALCATRAZ

A CGE atua em cooperação com a força tarefa da Operação Alcatraz desde a fase ostensiva da operação. Atualmente, servidores da Corregedoria participam de três Comissões de Processos Administrativos Disciplinares que apuram o envolvimento de agentes públicos citados na operação.

CADASTRO DE EMPRESAS INIDÔNEAS

No primeiro trimestre de 2021, conforme competência atribuída à CGE, a Corregedoria-Geral fez o registro de quatro empresas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CEIS/CNEP), em decorrência de decisão sancionatória.

SISTEMA CGE-PAD

No primeiro trimestre, a Corregedoria avançou na customização e na implementação do sistema CGE-PAD, desenvolvido e cedido pela CGU para acompanhamento e gestão dos procedimentos correccionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

CORREIÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

DOCUMENTOS CORREICIONAIS

A equipe da Corregedoria trabalhou na elaboração do manual dos modelos de documentos correicionais utilizados nos processos correicionais. O documento está disponível no portal www.cge.sc.gov.br. Acesse [aqui](#).

ACORDO DE LENIÊNCIA

No primeiro trimestre de 2021 foi iniciado o primeiro processo de negociação de acordo de leniência do Estado de Santa Catarina.

REDES SOCIAIS

A Corregedoria publicou em suas redes sociais, no primeiro trimestre de 2021, 13 postagens, com mais de 300 visualizações, contendo dicas e orientações relacionadas à matéria disciplinar. Para acompanhar, siga o perfil da CGE no [instagram](#).

COOPERAÇÃO TÉCNICA

No primeiro trimestre de 2021, a Corregedoria firmou parceria com a Academia de Polícia Civil (ACADEPOL) para desenvolvimento de cursos e treinamentos.

CORREIÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

NORMATIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

- Proposta de Instrução Normativa que regulamenta os instrumentos correicionais disciplinares e de responsabilização de pessoa jurídica;
- Proposta de Instrução Normativa que regulamenta o uso de recursos tecnológicos para realização de atos de comunicação em procedimentos disciplinares e de responsabilização de pessoas jurídicas;
- Proposta de Instrução Normativa que regulamenta o uso de gravação audiovisual e videoconferência na instrução de procedimentos disciplinares e de responsabilização de pessoas jurídicas;
- Proposta de Instrução Normativa que regulamenta o controle de acesso de documentos e de processos digitais no no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos (SGP-e), referente às Providências Administrativas Preliminares a instauração de Tomada de Contas Especial, à Tomada de Contas Especial, aos Procedimentos Correicionais e às Denúncias de Ouvidoria.
- Proposta de Instrução Normativa que regulamenta as regras de tramitação eletrônica e de restrição ao acesso de documentos sigilosos ou sensíveis e de procedimentos correicionais no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos – SGP-e, bem como de informação a terceiros.
- Minuta de Decreto que institui a suspensão dos prazos dos procedimentos correicionais da Secretaria de Estado da Saúde.



INOVAÇÃO E ESTRATÉGIA

SISTEMA BUSINESS INTELLIGENCE (BI-CGE)

A CGE conta com um sistema de inteligência que permite executar atividades de investigação e inteligência para a produção de informações estratégicas. O BI-CGE também disponibiliza painéis com o objetivo de ampliar o controle e a gestão das atividades.

6

**BASES DE DADOS
ESTRUTURADAS**

76

**SERVIDORES
CADASTRADOS**

INOVAÇÃO E ESTRATÉGIA

RELATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA

Foram produzidos relatórios de inteligência com o objetivo de dar suporte à tomada de decisão do Controlador-Geral do Estado e do Secretário de Estado da Saúde em relação à possível compra de vacinas.

SISTEMA DE GESTÃO DE ATIVIDADES

Desenvolvido para orientar a execução, aprovação e supervisão das atividades desenvolvidas na CGE, o SIGAT é de uso obrigatório. No primeiro trimestre de 2021 foram realizados os testes de utilização do sistema, ministrados treinamentos e elaborado o manual de uso.

PLANO DE ATIVIDADES 2021

Consolidação do Plano Anual de Atividades CGE, documento que tem por finalidade uniformizar o processo de planejamento e acompanhamento das atividades. As ações devem estar diretamente relacionadas ao atingimento de um ou mais objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico CGE 2020-2022.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Neste trimestre foram emitidos os pareceres relativos ao exame da prestação anual de contas no âmbito dos órgãos, fundos e entidades estaduais.



Pareceres do Órgão Central do Controle Interno
sobre os Relatórios de Controle Interno



INNOVATION AND STRATEGY

PESQUISA E INOVAÇÃO

Início do Programa Interinstitucional de Fomento a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Dois pesquisadores foram contratados em parceria com a Fapesc para desenvolver os seguintes projetos:

- Inovação no gerenciamento de projetos para auditoria contínuo da folha de pagamento;
- Aperfeiçoamento dos instrumentos de participação social, controle social, transparência e dados abertos.

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA

No primeiro trimestre, a CGE recebeu cinco graduandos em Administração Pública da Udesc Esag que passaram a atuar durante um ano no órgão por meio do Programa de Residência em Gestão Pública. Os estudantes estão envolvidos nos seguintes projetos:

- Controle Interno e Compliance (Avaliação de Desempenho do Controle Interno);
- Controle Interno e Compliance (Dimensionamento do Controle Interno);
- Gestão de Processos e de Demandas (Gestão de Processos - Auditoria);
- Gestão de Demandas (Gestão por Competências);
- Mapeamento de processos da Ouvidoria e Acesso à Informação.



ORIENTAÇÃO

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

INs estabelecem diretrizes, normatizam métodos e procedimentos e regulamentam matéria anteriormente disciplinada para orientar agentes e servidores públicos no desempenho de suas atribuições.

2 INSTRUÇÕES NORMATIVAS

- Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal como referencial teórico da Auditoria-Geral da CGE.
- Padronização do cadastro, da autuação e do controle de acesso de documentos e de processos digitais no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos (SGP-e), referentes às Providências Administrativas Preliminares à instauração de Tomada de Contas Especial, à Tomada de Contas Especial, aos Procedimentos Correccionais e às Denúncias de Ouvidoria.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

OTs orientam agentes públicos sem caráter de norma.

2 ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

- Acesso à autos com restrição de consulta.
- Procedimentos para apuração da responsabilidade administrativa de empresas em atos lesivos à Administração Pública.



CGE

CONTROLADORIA-GERAL DO
ESTADO DE SANTA CATARINA



www.cge.sc.gov.br



facebook.com/cgesc



[@cgesc](https://instagram.com/cgesc)